



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N. 12, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

Aprova o exigido pela Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, ad referendum do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2011 na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização na internet, consoante o previsto no art. 55, § 2º, da Lei n. 101/2000.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO ARI PARGENDLER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ mil	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO- CESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	682.553	17.789	700.342
Pessoal Ativo	484.113	16.201	500.314
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	311	0	311
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	483.802	16.201	500.003
Pessoal Inativo e Pensionistas	198.440	1.588	200.028
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	337	0	337
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	198.103	1.588	199.691
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	183.985	17.673	201.658
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	337	0	337
Despesas de Exercícios Anteriores	167	17.650	17.817
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	183.481	23	183.504
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	498.568	116	498.684
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100		0,090201%	0,000021%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,224226%		1.239.371
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,213015%		1.177.403

FONTE: SIAFI

Notas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2- Em cumprimento ao disposto no Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, a partir deste Relatório, nas linhas Sentenças Judiciais com Precatórios - Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionista, não serão informados os valores executados referentes a dotações descentralizadas ao Superior Tribunal de Justiça. Ressalta-se, que tais valores não integram a dotação autorizada do Tribunal, devendo, conforme recomendado pelo TCU, compor a despesa realizada pelo órgão que originou o débito.

FRANCISCO CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Diretor-Geral

SILVIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

SUELY AMARAL DE MEDEIROS SANTOS
Secretária de Controle Interno